



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 31 de julho de 2024.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	101.091	55.722
Contas a Receber	5	35.984	1.493
Contas a Receber - Clientes		4.783	1.493
Contas a Receber - Outorgas		31.201	-
Estoques	7	2.541	3.764
Tributos a Compensar	8	4.854	4.806
Despesas Antecipadas		11	3
Outros Créditos	6	2.348	2.494
Total do ativo circulante		146.829	68.282
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	132.504	2.895
Contas a Receber - Outorgas		124.851	60
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		7.653	2.827
Outros Valores a Receber		-	8
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	159.557	174.130
Intangível		91	119
Total do ativo não circulante		292.182	177.174
Total do Ativo		439.011	245.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante			
Fornecedores	13	2.179	2.544
Obrigações Trabalhistas	11	2.572	4.791
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	137.363	133.295
Obrigações Societárias		1	1
Contas a Pagar	13	187	619
Outros Passivos	14	3.023	2.849
Receitas Antecipadas	15	83.488	977
Total do passivo circulante		228.813	145.076
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	69.493	102.657
Provisão para contingências	16	57.818	55.494
Provisões para Multas do Poder Concedente	18	5.433	0
Créditos para aumento de capital	20.a	339.839	302.047
Receitas Antecipadas	15	147.113	23.284
Total do passivo não circulante		619.696	483.482
Total do passivo		848.509	628.558
Passivo a descoberto			
Capital Social	19	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	23.652	27.942
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	20.b	69.635	69.635
Prejuízos acumulados	21	(935.628)	(913.522)
Total do passivo a descoberto		(409.498)	(383.102)
Total do Passivo e Passivo a descoberto		439.011	245.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita Líquida dos serviços	23	90.540	93.166
Custos operacionais	24	(37.942)	(63.496)
Lucro Bruto		52.598	29.670
(Despesas)/Receitas operacionais		(56.595)	(196.642)
Despesas administrativas e gerais	25	(37.994)	(37.911)
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	26	843	(2.739)
Despesas tributárias		(1.415)	(1.742)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	27	(2.630)	4.159
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	(17.525)	(158.326)
Outras (despesas)/receitas operacionais	28	2.126	(83)
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(3.997)	(166.972)
Receitas financeiras	29	9.865	11.740
Despesas financeiras	29	(56.122)	(56.409)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(50.254)	(211.641)
IRPJ e CSLL	30	27.523	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	21.b	(22.731)	(211.641)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		- 0,0000	- 0,0000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Resultado do exercício		(22.731)	(211.641)
Outros Resultados Abrangentes			
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	22	(4.290)	7.061
Resultado Abrangente Consolidado do exercício		(27.021)	(204.580)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 19)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 20.b)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 21.b)	Tc Pat Li
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				921	
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				(211.641)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			7.061		
Em 31 de dezembro de 2022		432.843	69.635	27.942	(913.522)	
Mutações do exercício		-	-	7.061	(210.720)	
Em 31 de dezembro de 2022		432.843	69.635	27.942	(913.522)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				625	
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				(22.731)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			(4.290)		
Em 31 de dezembro de 2023		432.843	69.635	23.652	(935.628)	
Mutações do exercício		-	-	(4.290)	(22.106)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do exercício	21b	(22.731)	(211.641)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	11.651	16.662
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	10	17.525	158.326
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	(4.290)	7.061
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a	625	921
Impostos Diferidos	30	(27.523)	0
Provisões (reversão) para contingências judiciais	27	2.630	(4.159)
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	26	(843)	2.739
Despesas de atualização monetária	29	37.792	30.475
Baixas de Imobilizado	10/21.a	0	238
Redução (Aumento) de Ativos			(195)
Contas a receber	5	(33.703)	4.317
Estoques	7	1.223	2.038
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(48)	30
Despesas antecipadas		(8)	83
Outros créditos	6	202	(260)
Outros ativos não circulantes	9	(129.609)	
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	(365)	(1.523)
Obrigações Trabalhistas	11	(2.219)	(428)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	(1.574)	8.362
Receitas Antecipadas	15	206.340	24.261
Outras Obrigações	13/14	(259)	304
Outros passivos não circulantes	16/18	(306)	(7.526)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		54.511	30.086
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	10	(9.142)	(44.965)
Aquisições do Intangível			(57)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.142)	(45.022)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	0
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		45.369	(14.936)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	55.722	70.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	101.091	55.722
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		45.369	(14.936)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2023	2022
1 Receitas		105.258	103.379
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços	23	101.920	104.750
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	843	(2.739)
1.3 Outras Receitas	28	2.495	1.368
2 Insumos adquiridos de terceiros		(44.848)	(188.246)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	24/25	(11.899)	(20.347)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24/25/28	(12.662)	(12.485)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	25	(17.657)	(159.573)
2.4 Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	27	(2.630)	4.159
3 Valor adicionado bruto		60.410	(84.868)
4 Retenções		(11.651)	(16.662)
4.1 Depreciação e amortização	24/25	(11.651)	(16.662)
5 Valor adicionado líquido		48.759	(101.530)
6 Valor adicionado recebido em transferência		9.865	11.740
6.1 Receitas financeiras	29	9.865	11.740
7 Valor adicionado a distribuir		58.624	(89.790)
8 Valor adicionado distribuído		58.624	(89.790)
8.1 Pessoal		34.746	45.924
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais	24/25	25.539	34.557
8.1.2 Benefícios	24/25	6.341	8.274
8.1.3 FGTS	24/25	2.866	3.093
8.2 Impostos, taxas e contribuições		(9.513)	19.518
8.2.1 Federais	30	(12.258)	15.847
8.2.2 Estaduais		6	3
8.2.3 Municipais		2.739	3.668
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		56.122	56.409
8.3.1 Juros e Correção Monetária	29	56.122	56.409
8.4 Remuneração de capitais próprios		(22.731)	(211.641)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício	21.b	(22.731)	(211.641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020, tendo sido renovado pelo 7º aditivo nº 001/2020, com vigência até 13/06/2024.

Ressalta-se que no citado Convênio, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo em 10/12/2020, que, a CODERN aguarda definição do Ministério Supervisor, quanto à concretização do assunto. Em 25/07/2022 o Porto de Maceió enviou ofício nº 088/2022, apresentando interesse de realizar a gestão de forma independente, informando ainda que fora contratada Empresa para prestar consultoria especializada, se encontrando em fase de finalização dos estudos de viabilidade. Solicitou ainda o sobrestamento do cronograma de implantação da reestruturação organizacional da CODERN, por 90 dias. Nesse sentido a CODERN solicitou à SEST, postergação do prazo de implantação do referido cronograma para o dia 30/12/2022. Em 17/03/2023, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia encaminhou ao Porto de Maceió ofício nº 17/2023, pronunciamento sobre a conclusão do Estudo de Viabilidade, contratado por aquela Unidade Portuária. A CODERN permanece no aguardo da posição da APMC. Em 16 de maio de 2023, a APMC encaminhou ofício 058/2023, informando a conclusão do Estudo de Viabilidade, o qual concluiu pela capacidade econômica e financeira da APMC de realizar sua gestão independente. O citado Estudo foi devidamente encaminhado ao Departamento de Gestão e Modernização Portuário da SNPTA/MINFRA.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R5)- Demonstrações Contábeis (IAS 1).

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta prejuízo no montante de R\$ 22.731 mil. Tais prejuízos ocorreram principalmente em decorrência da provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos, no montante de R\$ 17.525, além disso, houve o reconhecimento de despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas no montante de R\$ 37.792 mil. No tocante ao montante de prejuízo acumulado do período totaliza R\$ 935.628 mil (R\$ 913.522 mil em 31/12/2022).

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte entra em 2024 com o objetivo de mitigar os impactos causados pelas mudanças que ocorreram no contexto operacional de seus Portos Organizados no ano de 2023.

O Porto de Natal foi impactado negativamente pela queda de 33% do escoamento de frutas, ocasionada pela saída da CMA-CGM, armador francês que transitava as cargas frutíferas pelo Porto. Para reverter esse cenário, ações estão sendo tomadas para que 2024 seja o ponto de virada para a modernização das suas operações e para a retomada do crescimento consistente. Ações de impacto imediato para este ano estão em curso, com a atração de novas cargas (sondas terrestres e cargas vivas), a ampliação da operação de açúcar e do sal em big bag e a continuidade das operações de frutas em pallets, realizada pela empresa Agrícola Famosa. Aliado a isso, somam-se as ações preparatórias para os arrendamentos de áreas no pátio norte, pátio sul e o Terminal Marítimo de Passageiros, projetando receitas perenes por 25 anos.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, em seu primeiro ano de arrendamento, apresentou uma queda de 13% no embarque de sal, acarretando em um faturamento para a Codern abaixo do esperado. Para 2024, projeta-se um crescimento de 20% na movimentação, propiciando um cenário positivo para as receitas do Terminal, e, concomitantemente, contribuir para a diminuição do déficit apresentado no resultado da Sede- CODERN.

O Porto de Maceió, registrou superávit no exercício de 2023, principalmente em decorrência da movimentação de cargas superior ao exercício de 2022, refletida na movimentação da cana de açúcar, armazenagem do sal, assim como no arrendamento do MAC 13. No tocante à movimentação operacional, o Porto alcançou em 2023 uma variação positiva de 12%, tendo sido movimentado 2.644.215 toneladas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei

6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº

8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em bancos	660	1.451
Fundo Rotativo	9	2
Recursos do Tesouro - SIAFI	15.174	21.788
Aplicações financeiras	85.248	32.481
Total de caixa e equivalentes de caixa	101.091	55.722

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 12,49% no exercício de 2023, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve aumento de 81% no saldo em relação a dez/22, principalmente pelo recebimento de 25% da Outorga dos arrendamentos das áreas denominadas Mac 11, Mac 11A e Mac 12 pertencentes ao Porto de Maceió.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e contas a receber	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	12.823	10.320
Contas a receber de outorgas	31.201	0
Menos: Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa - clientes	(8.040)	(8.827)
Total Contas a Receber	35.984	1.493

Houve aumento de 2.310% no saldo do contas a receber, principalmente pelo reconhecimento de valores a receber das outorgas dos arrendamentos das áreas Mac 11, Mac 11A e Mac 12 no Porto de Maceió.

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU - 2º câmara.

Os saldos estão apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos	630	620
Outros Valores a receber	490	493
Servidores Cedidos	127	109
Valores a Receber de Terceiros	3.313	3.543
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.216)	(2.271)
Mercadoria em Trânsito	4	0
Total Devedores Diversos	2.348	2.494

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Material de consumo permanente Sede	353	533
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	1.992	2.986
Material de consumo permanente Maceió	196	245
Total	2.541	3.764

Houve redução de 32% nos saldos de estoque principalmente em função de venda de itens de estoque ao arrendatário do Tersab.

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Retidos na Fonte	1.524	2.276
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	7.917	7.918
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	801	0
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	(5.388)
Total	4.854	4.806

Há provisão de perda para o valor de INSS parcelado no PERSE (R\$ 4.978 mil), porém, parte das contribuições parceladas já estavam pagas (o fato está sendo discutido em processo judicial junto a PGFN).

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e clientes a receber em período superior à 12 meses, assim especificados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de outorgas	124.851	60
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	12.565	8.213
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(4.912)	(5.386)
Outros valores a receber	0	8
Total	132.504	2.895

Houve aumento de 4.477% no saldo do grupo, o aumento foi originado principalmente pelo reconhecimento de valores a receber superior a 12 meses das outorgas dos arrendamentos das áreas Mac 11, Mac 11A e Mac 12 no Porto de Maceió.

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Saldo em 31/12/2022	Adições	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2023
Ativos em Operação	82.403	21.014	(9.767)	(16.885)	76.765
Infraestrutura Marítima	15.074	6.537	(836)	(3.789)	16.986
Infraestrutura Acostagem	47.931	14.478	(4.255)	(10.854)	47.299
Infraestrutura Terrestre	266	0	0	0	266
Armazenagem	199	0	(15)	0	184
Equipamentos	18.933	0	(4.661)	(2.242)	12.030
Ativos de Administração	7.334	1.119	(948)	(640)	6.864
Terrenos	96	0	0	0	96
Edifícios e Benfeitorias	4.762	338	(293)	(326)	4.480
Instalações	1.111	155	(175)	0	1.090
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	485	244	(203)	(130)	396
Equipamentos de Informática	224	216	(18)	(104)	318
Móveis e Utensílios	80	107	(21)	(50)	116
Veículos	(25)	0	(58)	0	(84)
Ferramentas	44	13	(26)	0	31
Peças e Conjuntos de Reposição	558	47	(154)	(30)	421
Ativos de Terceiros	63.047	5.433	(920)	0	67.559
Infraestrutura Marítima	3.031	0	(82)	0	2.949
Infraestrutura Acostagem	60.016	0	(826)	0	59.190
Terminal de Passageiros	0	5.433	(12)	0	5.420
Ativo em Imobilização em Curso	21.347	(12.978)	0	0	8.369
Total	174.130	14.588	(11.636)	(17.525)	159.557

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2023, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca;
- ✓ UGC Porto de Natal;
- ✓ UGC Terminal de Passageiros;
- ✓ UGC Porto de Maceió.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2022	Provisão de Perda por Desvalorização	Saldo em 31/12/2023
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	173.153	16.690	189.844
UGC Porto de Natal	95.921	785	96.707
UGC Terminal de Passageiros	47.449	49	47.498
UGC Porto de Maceió	17.256	0	17.256
Total	333.779	17.525	351.304

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários e Remunerações a Pagar	7	613
Provisão para Férias	2.341	3.007
Remuneracao Confis/Consad	23	0
Outras Obrigações Trabalhistas	201	211
Reclamações Trabalhistas a Pagar	0	960
Total obrigações fiscais e trabalhistas	2.572	4.791

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Encargos Sociais e Previdenciários	126.533	114.163
INSS a Pagar	21.600	20.429
FGTS a pagar	395	252
Plano de Previdência Complementar	104.153	93.045
INSS - Autônomos	293	278
INSS - Terceiros	92	159
Obrigações Fiscais	10.830	19.132
Tributos Federais a Recolher	5.347	12.124
Tributos Federais - Terceiros	0	208
Parcelamentos Fiscais - Federais	3.727	4.790
Tributos Municipais	774	603
Parcelamentos Fiscais - Municipais	982	1.407
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	137.363	133.295

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Encargos Sociais e Previdenciários	56.444	58.441
Plano de Previdência Complementar	56.444	58.441
Obrigações Fiscais	13.049	44.216
Parcelamentos Fiscais - Federais	7.488	41.295
Tributos Municipais	2.162	2.921
Outras Obrigações Fiscais	3.399	0
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	69.493	102.657

A Administração do Porto de Maceió ajuizou processo junto a Fazenda Nacional (união Federal), visando a modificação do regime de apuração do Pis/Cofins do Porto de Maceió, a fim de que passe a realizá-la na modalidade cumulativa, reduzindo as alíquotas para 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a sua receita bruta, dada a condição de imunidade tributária, com a consequente recuperação dos valores eventualmente pagos nos últimos 5 (cinco) anos.

No início da marcha processual, foi obtida decisão liminar permitindo que o Porto de Maceió apure o Pis/Cofins pelo regime cumulativo, efetuando os respectivos recolhimentos aos cofres da União, bem como permitindo que deposite judicialmente a diferença para o regime não-cumulativo, cujos valores poderão ser recuperados após a procedência e o trânsito em julgado da ação.

Em sentença, o juiz de 1º grau julgou procedente a ação, reconhecendo, diante da imunidade tributária, o direito do Porto de Maceió em apurar o Pis/Cofins pelo regime cumulativo.

Foram protocolados embargos de declaração, em defesa dos interesses do Porto de Maceió, a fim de ajustar os honorários advocatícios e não submeter o processo à remessa necessária, tendo sido acolhidos em parte.

Na sequência, tanto a Fazenda Nacional quanto o Porto de Maceió apresentaram apelações, bem como as respectivas contrarrazões, sendo o processo remetido para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no qual aguarda julgamento.

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	104.153	93.045
PORTUS RTSA	40.193	34.350
Portus - Retido dos Empregados	879	887
PORTUS Assistidos	3.819	3.599
PORTUS - Contribuição Patronal	23.750	21.933
Portus - Parcelado	31.596	28.697
Portus - TCF	3.869	3.537

Portus - Contribuição Extraordinária	47	42
Passivo não circulante	56.444	58.441
PORTUS RTSA	7.350	9.258
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	37.962	40.636
Déficit Atuarial - Portus	11.132	8.547
Total	160.597	151.486

13. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de bens e materiais	1.744	1.781
Fornecedores de serviços	435	763
Total fornecedores	2.179	2.544

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Água e Esgoto	0	8
Energia Elétrica	165	577
Telefone	4	2
Internet	0	2
Empregados	15	6
Estagiários	0	5
Terceiros	3	19
Total contas a pagar	187	619

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.829	2.718
Valores Pendentes de Classificação	141	121
Outras Obrigações	51	8
Contribuição Sindical	1	1
CPMF	1	1
Total contas a pagar	3.023	2.849

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió) e nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió). Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no período de 25 anos (prazo do arrendamento).

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2022	Adições	Apropriações	Saldo em 31/12/2023
Intersal - Terminal Salineiro de Areia Branca	300	286	15.433	-	(621)	14.811
Empat - Mac 13	300	286	8.828	-	(354)	8.473
Vibra Energia - Mac 11	300	299	-	60.000	(200)	59.800
Origem Energia - Mac 11A	300	299	-	41.010	(137)	40.873
Ipiranga Prod. de Petróleo - Mac 12	300	299	-	107.001	(357)	106.644
Total			24.261	208.011	(1.669)	230.601
Circulante			977			83.488
Não Circulante			23.284			147.113

16. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
n 31 de dezembro de 2022	37.190	964	17.340	55.494
s constituídas no período	2.616	3.006	4.969	10.591
e provisões	0	(112)	0	(112)
as	(1.359)	(1.085)	(5.711)	(8.155)
n 31 de dezembro de 2023	38.447	2.773	16.598	57.818

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.23, totalizou R\$ 2.773 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 06 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, os quais apresentam valores irrisórios.

Na filial Maceió, temos 13 processos em andamento, dentre estes, registra-se 03 de maior relevância no valor de R\$ 417 e 438 e 466 mil e correspondem a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2023, totalizou R\$ 38.447 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 38.269 corresponde a um processo da matriz, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife. Processo remetido ao setor de cálculo para manifestação quanto às impugnações das partes, e processo de indenização por danos materiais e morais.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processos em trâmite, sendo o mais relevante no valor de R\$ 178 mil, relativo à M. Fabian.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2023 o montante de R\$ 16.598 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial Maceió, temos 04 processos em andamento, sendo o processo de maior relevância no total de R\$ 3.653 mil, tendo como credor a Prefeitura de Maceió.

16.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2023 somou R\$ 198.860 mil (R\$ 146.861 mil em 31/12/2022), assim especificadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Causas trabalhistas	10.439	5.285
Causas fiscais	5.560	9.170
Causas cíveis	182.861	132.406
Total	198.860	146.861

Na matriz, temos 58 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 317 mil), verbas trabalhistas (R\$ 533 mil), aguardando audiência inicial, indenização de horas extras (R\$ 301 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa, bem como indenização por danos morais (R\$ 550 mil) e Danos morais, material e acúmulo de função (1.605 mil), aguardando julgamentos de recursos ordinários interpostos por ambas as partes.

Na matriz, temos 07 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado, cujo débito de maior relevância totaliza R\$ 4.443 mil, Sentença desfavorável e manutenção do Tribunal de Justiça - Decisão de recurso no STJ determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para julgamento do recurso de apelação da CODERN. Convertido o Processo para PJE. TJRN decidiu sobre incidência de julgamento. Petição requerendo incompetência absoluta.

Na matriz, temos 44 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 69.037 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização (R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container (11.000.000), aguarda ciência de instrução, execução de título extrajudicial (R\$ 21.463) e reequilíbrio contratual (48.842).

Na filial Maceió, existem 14 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se às verbas trabalhistas, no valor de R\$ 954 mil, referentes horas extras e reflexos.

Na filial Maceió, registra 09 processos relativos à causas cíveis, sendo o mais relevante, no valor de 26.643, referente à Empresa Mendes Júnior.

17. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R2) - benefício a empregados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Déficit Atuarial	11.132	8.547
Total	11.132	8.547

O Déficit atuarial vem reduzindo periodicamente em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price. O aumento observado no exercício de 2023 foi gerado em função de ajustes realizados pelo Porto de Maceió para correção de lançamentos de anos anteriores, além de perdas atuariais apontadas no estudo atuarial do período.

17.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 11.132 mil em 31/12/2023 (R\$ 8.547 mil em 31/12/2022), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Alteração na obrigação de benefício definido	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	65.769.298	67.068.929	63.658.833	63.094.613	65.585.437
2. Custo do serviço					
a. Custo do serviço atual	9.092	8.888	9.076	8.639	11.932
b. Custo do serviço passado					
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano					
3. Custo dos juros	1.534.002	1.510.728	1.484.873	1.482.895	1.478.147
4. Fluxos de caixa					
a. Benefício pago pelo plano	- 1.434.330	1.409.707	- 1.437.189	1.586.603	- 1.456.536
b. Benefício pago diretamente pela empresa					
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada					
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada					
e. Contribuições do participante	297.637	287.582	289.920	281.252	285.046
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação					
g. Impostos incluídos na obrigação					
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco					
5. Outros eventos significativos					
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências					
6. Redimensionamento da obrigação	979.327	- 4.516.505	3.063.416	378.037	- 2.809.413
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	-	2.081.509
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	1.477.191	- 1.299.631	3.374.764	242.703	- 1.749.900
c. Efeito dos ajustes de experiência	- 437.864	- 3.716.874	- 311.348	135.334	- 3.141.022
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio					
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	67.155.026	65.769.298	67.068.929	63.658.833	63.094.613

E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
1. Obrigação de benefício definido	-67.155.026	-65.769.298	-67.068.929	-63.658.833	-63.094.613
2. Valor justo dos ativos do plano	14.192.167	14.267.199	13.848.251	14.275.065	13.544.240
4. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-52.962.859	-51.502.099	-53.220.678	-49.383.768	-49.550.373
5. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	0	0	230.507	0	0
6. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-52.962.859	-51.502.099	-52.990.171	-49.383.768	-49.550.373
7. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	41.830.547	42.193.255	42.774.093	43.098.749	42.943.433
8. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)	-11.132.312	-9.308.844	-10.216.078	-6.285.019	-6.606.940

F. Componentes do custo do benefício definido	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
1. Custo do serviço					
a. Custo do serviço atual	9.092	8.858	9.076	8.639	11.932
b. Custo do serviço de reembolso					
c. Custo do serviço passado					
d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada					
e. Custo total do serviço	9.092	8.858	9.076	8.639	11.932
2. Custo dos juros líquidos					
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	1.534.002	1.510.728	1.484.873	1.482.895	1.478.147
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	-316.007	-294.063	-337.871	-325.397	-324.395
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso					
d. Despesas com juros sobre efeito de (teto ativo) / passivo oneroso					
e. Custo total de juros líquidos	1.217.994	1.216.665	1.147.002	1.157.498	1.153.752
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo					
4. Despesa administrativa e imposto (não incluídos no passivo)					
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.227.086	1.225.522	1.156.078	1.166.137	1.165.684
6. Redimensionamentos (reconhecidos em outros resultados abrangentes)	-25.561.075	-24.034.081	-27.893.709	-27.942.166	-26.195.930
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	0	0	0	0	2.081.509
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	1.417.191	-1.299.631	3.374.764	242.703	-1.749.900
c. Efeito dos ajustes de experiência	-437.864	-3.216.874	-311.348	135.334	-3.141.022
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros) *	699.554	2.989.511	1.026.719	-329.580	1.063.177
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)					
f. Mudanças no teto do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)					
g. Efeito com partilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes		0	-230.507	0	0
h. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	-23.882.194	-25.561.075	-24.034.081	-27.893.709	-27.942.166
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	-22.655.107	-24.335.552	-22.878.003	-26.727.572	-26.776.482

G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano anterior	-51.502.099	-53.220.678	-49.383.768	-49.550.373	-51.497.864
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	-1.227.086	-1.225.522	-1.156.078	-1.166.137	-1.165.684
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-1.678.881	1.526.994	-4.090.135	-48.457	1.746.236
4. Outros eventos significativos					
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações de negócios)					
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos					
5. Fluxos de caixa					
a. Contribuições do empregador	1.445.208	1.417.108	1.409.303	1.381.199	1.366.939
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa					
c. Liquidação antecipada paga pela empresa					
6. Crédito para reembolsos					
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio					
8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	-52.962.859	-51.502.099	-53.220.678	-49.383.768	-49.550.373

17.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

D. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	14.267.199	13.848.251	14.275.065	13.544.240	14.087.573
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	316.007	294.063	337.871	325.397	324.395
3. Fluxos de caixa					
a. Contribuições totais do empregador					
(i) Contribuições do empregador	1.445.208	1.417.108	1.409.303	1.381.199	1.366.939
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador					
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador					
b. Contribuições do participante	297.637	287.582	289.920	281.252	285.046
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	-	1.409.707	-	1.586.603	-
d. Pagamentos de benefícios do empregador					
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano					
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano					
g. Pagamentos de liquidação do empregador					
h. Despesas administrativas pagas de ativos do plano					
i. Impostos pagos de ativos do plano					
4. Outros eventos significativos					
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências					
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos					
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano					
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	-	2.989.511	-	329.580	-
b. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio					
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	14.192.167	14.267.199	13.848.251	14.275.065	13.544.240

17.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

H. Segregação da obrigação de benefício definido	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
I. Obrigação de benefício definido pelo status de participante					
a. Ativos	46	66	66	66	66
b. Assistidos em gozo de benefício	258	248	248	248	248
Aposentados	158	153	153	153	153
Pensionistas	100	95	95	95	95
c. Total	304	314	314	314	314

I. Premissas atuariais significativas	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
<i>Hipóteses para determinação da obrigação de benefício definido</i>					
Taxa de desconto	9,02%	9,33%	9,01%	9,77%	9,82%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	-3,50%	-3,50%	-3,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina				
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina				
Duration (em anos)	7,20	7,09	7,09	7,09	7,07
Entrada em invalidez	Hunter	Hunter	Hunter	Hunter	Hunter
Composição familiar	Família Padrão Portus				

K. Análise de sensibilidade	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
<i>Valor presente da obrigação de benefício definido</i>					
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	68.348.963	66.841.337	68.139.688		
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	65.766.953	64.769.604	66.030.176		
<i>% de impacto na obrigação de benefício definido</i>					
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	1,78%	1,63%	1,60%		
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	-2,07%	-1,52%	-1,58%		
<i>Alteração na tabela de mortalidade</i>					
Agravada em 10%	65.582.689	64.644.643			
Desagravada em 10%	68.544.981	66.966.299			
<i>% do impacto da tabela de mortalidade</i>					
Agravada em 10%	-2,34%	-1,71%			
Desagravada em 10%	2,07%	1,82%			

L. Projeção do fluxo de caixa	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023	31/03/2023	31/12/2022
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	1.454.530	-1.409.707	1.437.389	1.586.603	1.456.536
Contribuições esperadas do empregador - paridade	189.992	187.669	36.393	35.571	34.375
Contribuições esperadas dos participantes	0	0	389	598	-1.693
Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	284.014	286.251	289.531	280.654	286.739
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	261.233	263.291	202.448	195.745	201.602
Contribuições esperadas do empregador - TCF + RTSA	1.178.073	1.174.234	1.170.462	1.149.883	1.130.962

18. Convênios - Terminal de Passageiros

O montante de R\$ 5.433 mil, registrado nesta conta, refere-se ao registro da obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, com recursos do DNIT. No intuito de esclarecer a destinação dos citados recursos, bem como a forma de contabilização dos mesmos, o Porto de Maceió enviou Ofício nº 62/2024, ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024.

19. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2023 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

20. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	31/12/2023	31/12/2022
Porto de Natal e Areia Branca	87.937	78.205
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	26.935	20.543
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	34.237	30.897
Porto de Maceió	251.902	223.842
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	251.902	223.842
Total	339.839	302.047

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Despesas para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	31/12/2023	31/12/2022
Execução de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.350	67.350
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Execução de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Adquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal -No Estado do RN	460	460
Total	69.635	69.635

21. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ 625 mil (R\$ 921 mil em 2022).

Ajustes de Exercícios Anteriores	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Portus	(93)	0
Tributos a Compensar	(481)	0
Juros e Variação Monetária - TCF Portus	1.324	0
Outros Ajustes	(126)	921
Total	625	921

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 22.731 mil em 31/12/2023 (prejuízo de R\$ 211.641 mil em 31/12/2022), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, impostos diferidos, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R\$ 18.514 mil em 31/12/2023 (prejuízo de R\$ 7.598 mil em 31/12/2022), conforme o quadro a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido	(22.731)	(211.641)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	11.664	16.662
Perdas/Reversão pela não Recuperabilidade de Ativos	17.525	158.326
Impostos Diferidos	(27.523)	0
Provisões/Reversão para contingências judiciais	2.630	(4.159)
Provisões/Reversão para perdas com créditos esperadas	(843)	2.739
Despesas de atualização monetária	37.792	30.475
Resultado líquido ajustado	18.514	(7.598)

22. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou uma perda líquida de R\$ 4.290 mil em 31/12/2023 (ganho líquido de R\$ 7.061 mil em 31/12/2022) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

23. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	30.745	25.255
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.990	4.259
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	22.107	33.045
Receitas por Movimentação de Cargas	0	10.397
Receitas de Armazenagem	11.114	7.315
Receitas por Diversos Padronizados	4.903	10.093
Receitas com Contratos de Arrendamento	26.094	3.252
Receitas Alternativas	4.996	11.134
Total da Receita bruta	101.949	104.750
(-) Impostos sobre serviços prestados	(11.409)	(11.584)
Receita líquida dos serviços prestados	90.540	93.166

Houve redução de 3% na receita líquida do período, sendo a redução mais relevante originada do Terminal Salineiro de Areia Branca, os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.423	2.011
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	837	940
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	1.984	1.983
Receitas por Movimentação de Cargas	0	0
Receitas de Armazenagem	590	485
Receitas por Diversos Padronizados	4.298	7.378
Receitas com Contratos de Arrendamento	991	799
Receitas Alternativas	602	440
Total da Receita bruta	11.725	14.036
(-) Impostos sobre serviços prestados	(839)	(1.033)
Receita líquida dos serviços prestados	10.885	13.003

Houve redução de 16% na Receita Líquida do Porto de Natal em função das receitas com diversos padronizados. A redução foi ocasionada pelo decréscimo da Receita de energia mensurada, proveniente da movimentação de contêineres, a qual sofreu queda significativa com a saída do cliente CMA CGM, no primeiro semestre de 2023.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	11.460	11.531
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	67	2.026
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	13	13.123
Receitas por Movimentação de Cargas	0	10.397
Receitas de Armazenagem	53	123
Receitas por Diversos Padronizados	155	2.276
Receitas com Contratos de Arrendamento	10.482	1.049
Receitas Alternativas	24	1.116
Total da Receita bruta	22.253	41.643
(-) Impostos sobre serviços prestados	(2.039)	(5.199)
Receita líquida dos serviços prestados	20.214	36.444

Houve redução de 45% na Receita Líquida do Terminal Salineiro de Areia Branca em função do Arrendamento do Terminal a partir de 01/11/2022.

Porto de Maceió	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados		
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	16.862	11.712
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.086	1.293
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	20.110	17.939
Receitas por Movimentação de Cargas	0	0
Receitas de Armazenagem	10.472	6.708

Receitas por Diversos Padronizados	450	439
Receitas com Contratos de Arrendamento	14.621	1.404
Receitas Alternativas	4.370	9.577
Total da Receita bruta	67.972	49.072
(-) Impostos sobre serviços prestados	(8.531)	(5.352)
Receita líquida dos serviços prestados	59.441	43.720

Houve aumento de 36% na receita líquida do Porto de Maceió em função das receitas com infraestrutura de acesso aquaviário e terrestre, além de receitas com armazenagem e contratos de arrendamento. O aumento foi ocasionado pelo acréscimo nas toneladas movimentadas, pelo volume do sal armazenado, bem como pela transferência de parte do valor de Receitas de Arrendamento para a conta de Receitas Alternativas, no mês de dezembro/2022.

24. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Pessoal	16.276	29.156
Serviços	11.357	13.307
Materiais	542	7.039
Depreciação	9.767	13.994
Total	37.942	63.496

Houve redução de 40% nos custos operacionais do período, sendo observado as seguintes causas em relação a cada grupo:

- Pessoal: Redução de 44%, devido as rescisões via PDVE ocorridos em 2022;
- Serviços: Redução de 15% motivado pelo Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- Materiais: Redução de 92% ocasionado principalmente pelos custos com combustíveis e gêneros alimentícios na operação do Terminal Salineiro de Areia Branca, o qual foi arrendado em novembro/2022;
- Depreciação: Redução de 30% motivado pela perda com recuperabilidade de ativos (impairment), ocorrido em dez/2022.

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Pessoal	24.732	24.618
Serviços de Terceiros	9.566	9.337
Utilidades	407	607
Despesas Gerais	2.360	2.101
Depreciação	929	1.248
Total	37.994	37.911

Houve aumento de apenas 0,22% no período, sendo verificado que a principal variação ocorreu no grupo de utilidades e despesas gerais, em função de transferência de despesas com software do grupo de utilidades para despesas gerais, além da redução da depreciação em função da perda com recuperabilidade de ativos (impairment), ocorrido em dez/22.

26. Despesas com perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Perdas Estimadas Sobre Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com as notas 3.4 e 5.

27. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisão para contingências	(10.809)	(13.964)
Reversão de provisões	8.179	18.123

Saldo líquido de provisões constituídas	(2.630)	4.159
---	---------	-------

28. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Outras Receitas	3.135	2.291
Reembolso de Despesas	3	2
Receitas Eventuais	0	0
Venda de Sucatas	435	644
Liberação de Depósito Recursal	0	0
Taxa para Operação Portuária	3	4
Reversão de déficit atuarial	920	1.009
Outorga EMPAT MAC 13	0	0
Venda de Almoarifado ao Arrendatário	852	632
Outras receitas	922	0
Outras Despesas	(1.009)	(2.374)
Ajustes de Estoques	(132)	(1.248)
Patrocínios	(72)	(37)
Multas	(165)	(166)
Custo Almoarifado vendido	(640)	(923)
Total de Outras Receitas/Despesas	2.126	(83)

A principal variação na receita ocorreu na conta "outras receitas" relativo à baixa de valores registrados no passivo e já prescritos relativo a cauções, fornecedores e tributos. Já as principais variações da despesa ocorreram por conta de ajustes de estoques em inventários e custo com inventário vendido ao arrendatário do Tersab.

29. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Receitas Financeiras	9.865	11.740
Juros Ativos	629	376
Variações Monetárias Ativas	912	3.261
Multas Ativas	41	207
Descontos Obtidos	2.437	742
Juros s/ ações	1	0
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	17	2
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	5.751	7.152
Juros Correção Monetária s/Bloqueio Judicial	77	0
Outras Receitas Financeiras	0	0
Despesas Financeiras	(56.122)	(56.409)
Juros Passivos	(1.564)	(3.527)
Variações Monetárias	(654)	(81)
Atualização Monetária	(1.051)	(2.218)
Despesas Bancárias	(116)	(111)
Multas	(183)	(1.272)
Juros s/PORTUS	(6.720)	(5.865)
Variação Monetária s/PORTUS	(5.288)	(11.254)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2678/98	(37.791)	(30.476)
Atualização Monetária - INSS	(936)	(792)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	(1.374)	(608)
Outras Despesas Financeiras	(445)	(205)
Total do resultado financeiro	(46.257)	(44.669)

Houve redução de 16% na receita financeira, principalmente em função de recebimentos de variação monetária das outorgas pertinentes aos arrendamentos do TERSAB e MAC12, ocorridos no ano de 2022.

Houve redução de 1% na despesa financeira, as variações mais relevantes ocorreram nas contas de atualização monetária dos créditos da união para aumento de capital e sobre dívida do Portus.

30. IRPJ e CSLL

A Companhia possui prejuízos fiscais de bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributáveis futuros, no entanto, não estão registrados no balanço patrimonial conforme nota 3.13.

Em janeiro/2023 a Codern teve deferido o seu pedido de adesão ao programa Quita PGFN nos termos da portaria PGFN nº 8.798./2022, tendo se utilizado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débito tributário junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

De acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, o prejuízo fiscal do IRPJ e base negativa da CSLL devem refletir no resultado do período que forem prováveis a utilização do crédito fiscal, neste caso, a probabilidade de utilização surgiu no deferimento da quitação de débitos tributários com o referido crédito fiscal.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição Social	7.535	0
Imposto de Renda	19.988	0
Total	27.523	0

31. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme Deliberação CONSAD nº 02/2023, de 31/01/2023.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

32. Remuneração de Empregados, Diretores e Conselheiros

Conforme resolução CGPAR/ME nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo contém informação acerca das remunerações, quantitativo e benefícios dos empregados, assim como remuneração dos diretores e conselheiros.

Descrição	2023	2022
Remuneração		
Conselheiros	3	2
Média	3	2
Administradores		
Menor	39	31
Maior	48	43
Média	43	42
Empregados		
Menor	5	2
Maior	34	34
Média	6	5
Quantidade de Empregados até 31/12		
Codern	148	174
APMC	51	57
Valor médio global dos benefícios oferecidos		
Codern	1	1
APMC	2	2

33. Eventos Subsequentes**33.1 Imunidade Tributária**

Considerando que a Companhia vem apresentando déficit financeiros nos últimos 5 anos, considerando ainda a redução da Receita Operacional da CODERN, em vista do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca a partir de 01/11/2022, a CODERN ingressou com processo judicial, a fim de pleitear imunidade tributária dos impostos relativos a ISS, IPTU e IPVA, de Natal e Areia Branca, uma vez que é uma Empresa Pública Federal, concessionária de serviços públicos pertinentes ao funcionamento de portos organizados do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea f, da Constituição Federal, sendo qualificada como Autoridade Portuária pela Lei nº 8.630/93, e, posteriormente, pela Lei nº 12.815/13, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme se constata de seu Estatuto Social, e precedentes do STF.

Com relação ao pleito ao Município de Areia Branca, em 28/09/2022, a 10ª Vara Federal emitiu Decisão favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela para reconhecer a imunidade tributária recíproca referente ao IPTU e ISS da CODERN em face do Município de Areia Branca.

Quanto aos impostos de Natal/RN, na mesma data, a 1ª Vara Federal, emitiu Despacho intimando a parte para apresentar manifestação sobre o pedido de tutela de urgência, no prazo de 10 dias, e no prazo de 15 (quinze) dias mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido no presente feito.

Em 28/10/2022, o Juiz da 1ª Vara Federal proferiu decisão favorável à CODERN, reconhecendo a imunidade tributária recíproca à CODERN, relativo ao ISS do Município de Natal.

No tocante aos impostos estaduais (ICMS e IPVA), em 24/10/2022, a 1ª Vara Federal - RN, intimou a parte autora para mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido na presente demanda, bem como para juntar comprovante das custas iniciais complementares, caso necessário, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito.

A CODERN foi intimada a se manifestar no prazo de 05 dias sobre a petição, quanto à alegação de que a autora figura apenas como contribuinte de fato do ICMS, não podendo se opor ao pagamento da carga tributária incidente sobre o contribuinte de direito não imune, conforme despacho do Juiz da 1ª Vara Federal, emitido em 20/01/2023.

Em 03/02/2023, o Juiz da 1ª Vara Federal, proferiu sentença favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela (“DIANTE DO EXPOSTO, defiro o pedido de antecipação de tutela, para reconhecer a imunidade tributária recíproca em favor da CODERN relativamente ao IPVA e ao ICMS do Estado do Rio Grande do Norte, declarando suspensa a exigibilidade de tais tributos, bem como determinando que a parte demandada se abstenha de inscrever os valores em dívida ativa, de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa e de incluir o nome da autora no CADIN”).

Em março/2023 foi apresentada atualização de valores, relativo à Ação Declaratória de Imunidade do Município de Natal e concedida tutela de urgência. Aguardando manifestação do Município.

Em dezembro/2023, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, julgou os embargos de declaração apresentada pelo Município de Natal, reconhecendo a imunidade tributária da CODERN (“**Deve ser reconhecida a imunidade tributária da parte autora, em relação ao ISS, tendo em vista o disposto no art. 150, VI, “a”, da CF/88, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nessa perspectiva, citam-se julgados deste Tribunal: Processo 0801634-67.2022.4.05.8401, Apelação / Remessa Necessária, Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza, 3ª Turma, julgamento 18.5.2023; Processo 0812093-66.2019.4.05.8100, Apelação Cível, Desembargador Federal Edilsonpor unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado**”).

Vale ressaltar que, após o trânsito em julgado dos citados processos, cujas decisões em sendo favoráveis à CODERN, haverá o reembolso dos impostos pagos nos últimos 5 anos, bem como o cancelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

Assim como a CODERN, a Administração do Porto de Maceió ajuizou processo com pedido de imunidade tributária no âmbito Municipal. Durante o andamento do processo, o Município de Maceió reconheceu o direito do Porto de Maceió e concordou expressamente com os pedidos formulados, desta forma, o processo está aguardando a sentença.

33.2 Distrato do Contrato da CMA-CGM

A saída da CMA-CGM, a partir da segunda quinzena de abril, ocasionou uma queda expressiva na receita de aproximadamente R\$ 3.598.740,00.

Por outro lado, a CODERN buscou a recuperação dessa perda por meio do seu Plano de Negócios e, como resultado desse trabalho, parte da recuperação dessa perda temos, ainda em 2023, o incremento das operações da Empresa Agrícola Famosa, exportadora de frutas que realizou o escoamento da sua produção, pelo Porto de Natal, gerando uma receita de R\$567.000,00.

Para 2024 a CODERN vem envidando esforços no sentido de reverter este cenário, criando ações efetivas para que o próximo exercício, seja o ponto de virada para a modernização das suas operações e para a retomada do crescimento consistente. Ações de impacto imediato para este ano estão em curso, com a atração de novas cargas (Sondas Terrestres e Cargas Vivas), a ampliação da operação de açúcar e do sal em big bag e a continuidade das operações de frutas em pallets, realizada pela empresa Agrícola Famosa. Aliado a isso, somam-se as ações preparatórias para os arrendamentos de áreas no pátio norte, pátio sul e o Terminal Marítimo de Passageiros, projetando receitas perenes por 25 anos.

33.3 Cisão do Porto de Maceió

Conforme ofício APMC nº 088/2022, de 25 de julho de 2022, o Porto de Maceió expressou interesse de realizar uma gestão de forma independente, comunicando a contratação de empresa de consultoria especializada, para realizar estudo de viabilidade econômica, administrativa e financeira do referido Porto.

Em 16 de maio de 2023, o Porto de Maceió, mediante ofício 058/2023, informou à CODERN a conclusão do aludido estudo, onde foi comprovada a capacidade econômica e financeira da APMC em realizar sua gestão independente, ou seja, desvinculada da CODERN. O estudo foi devidamente encaminhado ao então Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA.

Em 31 de agosto de 2023, a SNPTA/MINFRA, emitiu Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA, onde analisou e apresentou exposição de motivos acerca da conclusão do citado estudo “**O Estudo elencou algumas vantagens de uma possível gestão independente do Porto de Maceió, a exemplo de: Correção de uma antiga anomalia que perdura por mais de 31 anos, desde a extinção da Portobrás; Implantação da reestruturação de gestão proposta pela atual política setorial portuária, pelo Ministério Supervisor na gestão dos portos vinculados à Codern; Aumento de eficiência com resultados positivos quanto a redução de custos e aumento de competitividade do Porto de Maceió em benefício do da economia do Estado de Alagoas**”.

A presente Nota Técnica, em seu item 5.31 citou sugestão para criação de Empresa Pública Federal, “**Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, a União foi autorizada a constituir, quando julgasse necessário, sociedades de economia mista ou empresas públicas para explorar portos, terminais e vias navegáveis localizados em um ou mais estados. Nesse sentido, a criação de uma Empresa Pública Federal é uma das alternativas para a administração do Porto de Maceió, sendo uma forma específica de descentralização em que a União cria uma entidade autônoma para executar determinadas atividades de interesse público**”.

Conforme ofício Nº 584/2023/SNPTA-MPOR, de 05 de setembro de 2023, foi apresentado a seguinte manifestação: “**Por meio da Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7500903) e do Despacho nº 118/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7487878), com os quais estou de acordo, razão pela qual, diante das alternativas apresentadas para gestão do Porto de Maceió e do constante no item 5.31 da referida Nota, sugiro a criação de uma empresa pública federal nos moldes das seis já existentes (APS, Codern, Codeba, CDC, CDP e Portos Rio), eis que evidenciada sua viabilidade técnica e econômica.**”

Em 18/07/2024, foi publicado no Diário Oficial da União a mensagem nº 552 do Presidente da República que cita o encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que “**autoriza a criação da empresa pública Companhia Docas de Alagoas e a contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em diversas iniciativas**”.

Diante dos fatos acima elencados, vislumbra-se para a CODERN, no exercício de 2024, um cenário econômico/financeiro desfavorável, considerando a desvinculação do Porto de Maceió, o Resultado do Período sofrerá decréscimo, em função da Receita do Porto de Maceió representar 66% da Receita da CODERN no ano de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 31/07/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Josefran de Aquino Junior, Gerente de Recursos Financeiros**, em 31/07/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Almeida Machado, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 31/07/2024, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, Diretor Técnico e Comercial**, em 31/07/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Esteferson Ubarana Gomes da Silva, Diretor Presidente**, em 01/08/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8652973** e o código CRC **54AB90CB**.



Referência: Processo nº 50902.001983/2024-91



SEI nº 8652973

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330